

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

SUELI DE LOURDES ROSSI

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO  
FUNDAMENTAL: PENSANDO OS VALORES DA SOCIEDADE**

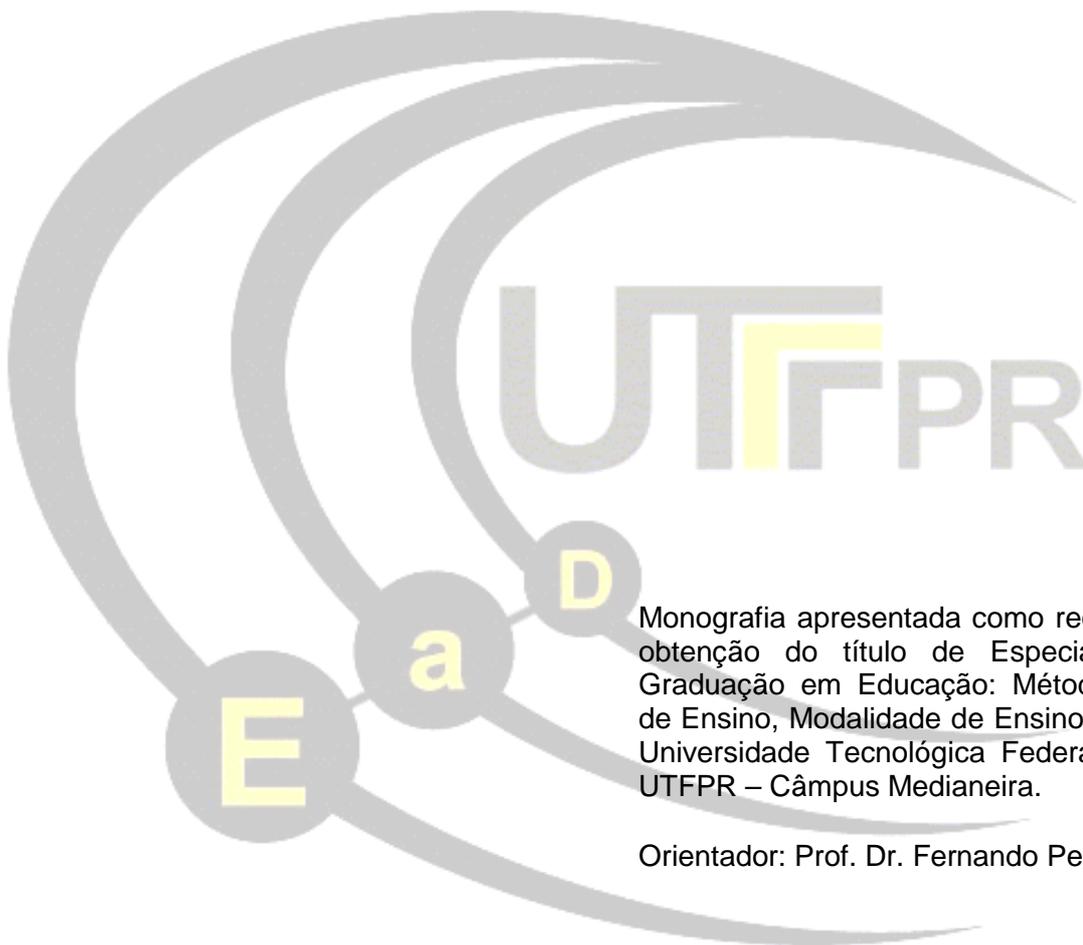
MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2012

SUELI DE LOURDES ROSSI

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO  
FUNDAMENTAL: PENSANDO OS VALORES DA SOCIEDADE



Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Periotto.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2012



## TERMO DE APROVAÇÃO

### EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: PENSANDO OS VALORES DA SOCIEDADE

Por

**Sueli de Lourdes Rossi**

Esta monografia foi apresentada às 10:30 h do dia 15 **de dezembro de 2012** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof. Dr. Fernando Periotto  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientador)

---

Prof Ms. Ricardo dos Santos  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof Dr. ....  
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico primeiramente a Deus, depois a meus filhos  
E a minha família como um todo,  
Por toda dedicação e paciência e pela fé e confiança a mim demonstrada.

## **AGRADECIMENTOS**

O Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais e aos meus filhos, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu dedicado orientador Professor Dr. Fernando Periotto, que me guiou durante esta nova jornada, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade.

Aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram para realização desta monografia.

“Não devemos ter medo das novas ideias! Elas podem  
significar a diferença entre o triunfo e o fracasso.”

(Napoleon Hill)

## RESUMO

ROSSI, Sueli de Lourdes. Educação Ambiental nas Escolas de Ensino Fundamental: Pensando os Valores da Sociedade. Número de folhas 32. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

O presente trabalho teve por objetivo evidenciar a necessidade e a importância da inserção da educação ambiental no ambiente escolar de ensino fundamental. O mesmo foi realizado a partir de uma vasta análise bibliográfica e de estudos em projetos já desenvolvidos sobre o tema. Buscou-se demonstrar que diante dos problemas mundiais ambientais, há grande importância no aprendizado promovido pelas instituições de ensino, de modo que o seu papel formador permite um trabalho efetivo na sensibilização e na formação dos jovens cidadãos. A partir da análise de publicações sobre educação ambiental abordadas por vários autores, discutiu-se sobre as políticas públicas implantadas no Brasil e sobre um breve histórico da evolução da educação ambiental no país.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Educação Básica. Sociedade.

## ABSTRACT

ROSSI, Sueli de Lourdes. Environmental Education in Schools Elementary School: Thinking Values Society. Número de folhas 32. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

This work aimed to highlight the need and importance of integrating environmental education into the school environment of elementary school. The work was done from an extensive literature review and studies on projects already undertaken on the subject. We sought to demonstrate that before the world's environmental problems there is great importance in learning promoted by educational institutions, so that their formative role enables effective work in raising awareness and training of young citizens. From the analysis of publications on environmental education addressed by several authors, it was discussed on public policies implemented in Brazil and a brief history on the evolution of environmental education in the country.

**Keywords:** Environment. Basic Education. Society.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>12</b>
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA.....	12
2.2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	13
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES .....	14
2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS .....	15
2.5 BREVE HISTÓRICO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	17
2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS ORIENTADAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	20
2.7 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS .....	22
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>24</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA .....	24
3.2 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	24
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>31</b>

## INTRODUÇÃO

Historicamente a humanidade explora o meio ambiente sem levar em conta a sua preservação e conservação. No entanto, apenas nas últimas décadas com o avanço desenfreado de inúmeros problemas ambientais é que o tema “meio ambiente” tornou-se alvo de estudos e discussões mais profundas, e a busca por ações que visam minimizar os impactos negativos se tornaram cada vez mais presentes dentro de todos os setores da sociedade, incluindo a escola.

Os debates sobre cidadania, sustentabilidade e responsabilidade social são considerados na atualidade um grande desafio para toda a sociedade, compreendendo assim, novos valores na relação homem/natureza. A educação e a sensibilização ambiental têm revelado aspectos irrefutáveis, embora já se tenha vários exemplos práticos de mudanças de comportamento, ainda existe muito a ser transformado.

Por esse motivo, buscou-se aqui apresentar a importância de se trabalhar o tema Educação Ambiental (EA) dentro das escolas, pois é extremamente importante a familiarização por parte das crianças e dos adolescentes, desde cedo, com esses novos conceitos, para que sejam capazes de alguma maneira, de participar de ações voltadas para a sustentabilidade local, contribuindo com o planeta. Pretendeu-se destacar a EA como uma robusta ferramenta para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais, visto que, através dela é possível desenvolver inúmeras técnicas, métodos e projetos que mitiguem a gravidade dos problemas ambientais como um todo.

São apresentadas também noções da história da EA, tanto no âmbito nacional quanto mundial e as políticas públicas existentes no nosso país em relação à mesma, bem como as suas vertentes, buscando demonstrar que essas políticas podem orientar a sociedade, servindo como instrumentos para a formação consciente e abrangedora dos indivíduos.

Este trabalho teve, portanto o objetivo principal de evidenciar que a EA nas escolas de ensino fundamental pode contribuir de forma efetiva na formação consciente dos cidadãos e que ao desenvolver ações de educação ambiental dentro da escola o docente viabiliza alternativas de mudanças de comportamento e de visão, chegando a um resultado positivo que é a mudança de valores dentro e fora da escola,

demonstrando assim e cada vez mais que a preservação do meio ambiente é necessária para o desenvolvimento de um coletivo sustentável.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA

A EA segundo a Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999 , é um componente essencial e permanente da educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal. Desse modo, ela pode contribuir de maneira ativa, renovando o processo educativo e alterando o pensamento equivocado baseado na idéia de que as riquezas do planeta são inesgotáveis, desenvolvendo um pensamento crítico e tornando o educando um agente no processo de formação e transformação no que se refere à preservação e conservação do meio ambiente.

Na atualidade, a informação é gerada cada vez mais rápida e a educação assume um papel de grande importância na formação do cidadão sustentável, assim sendo, a EA se torna uma possibilidade de motivação e sensibilização não apenas do educando, mas em toda a sociedade, despertando valores e atitudes necessários na transformação diária dos problemas ambientais.

Nesse sentido, a contribuição da EA é valiosa e fundamental, considerando seu caráter potencialmente crítico e transformador. O “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, elaborado durante a Rio 92 (II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada no ano de 1992 no Estado do Rio de Janeiro que teve por objetivo debater o desenvolvimento sustentável e a degradação instalada no planeta terra assim como, as possíveis possibilidades para reverter este processo) afirma que:

A EA é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (SEIFFERT, pg. 29. 2007).

Um trecho retirado da resolução aprovada pela Assembléia Geral no evento Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também

conhecida como Rio+20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, que teve como alvo principal a renovação dos compromissos firmados durante a Rio 92 e durante as demais conferências que surgiram entre esses 20 anos) realizada no Rio de Janeiro no ano de 2012, enfatiza a importância que a educação admite dentro do cenário mundial e assim como em 1992, todos os países participantes reafirmam o compromisso em fortalecer a interação entre a escola e a sociedade na busca da formação de cidadãos cada vez mais ambientalmente sustentáveis.

Reafirmamos nosso compromisso com o direito a educação, levando isso em conta, há o compromisso em fortalecer a cooperação internacional para alcançar acesso universal a Educação primária, especialmente para os países em desenvolvimento. Reafirma-se também que o pleno acesso à educação de qualidade a todos os níveis é uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável (MALDANER, 2012).

A escola é o espaço social onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz, que é dito e que se valoriza, representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo assim para a formação de cidadãos cada vez mais responsáveis.

## 2.2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O nascimento da EA deu-se da necessidade de aliar a luta contra a crise ambiental instalada no planeta com a necessidade de conscientização de novos valores sobre as atitudes do homem moderno em relação à preservação e conservação do meio ambiente e de seus recursos naturais.

Diante do novo padrão de produção e consumo da população, tornou-se inconveniente pensar que a EA por si só fosse capaz de resolver todos os problemas ambientais do mundo. Assim com o desenvolvimento de inúmeras questões relacionadas às preocupações com a degradação do meio ambiente, tornou-se necessário incluir neste debate as ações do governo assim como suas políticas públicas de cidadania e sustentabilidade, ou seja, não bastava apenas desenvolver a EA teoricamente, seria importante que o processo de desenvolvimento sustentável possuísse a associação de conceitos ligados à gestão

de projetos públicos que deve expressar o compromisso efetivo de todos os gestores e indivíduos da sociedade de forma permanente e estruturada.

Neste sentido Carvalho (2004) destaca que:

A educação ambiental (EA) se constitui em uma forma de luta contra a crise ambiental e o modo autoritário/extrativista como os indivíduos tem se relacionado com o meio ambiente. Mesmo reconhecendo a sua importância, enquanto promotora de uma nova consciência eco pedagógica e ambientalista, é inegável que desligada de uma política ambiental mais efetiva e acompanhada de uma legislação rígida socialmente referenciada, ou de ações voltadas para uma distribuição de renda mais igualitária ou ainda para a construção e manutenção de um contexto político-cultural favorável, estaremos agindo no "vazio", longe de vislumbrar um futuro sócio ambiental menos desolador (CARVALHO, 2004, pág. 57).

A EA deve ser desenvolvida em todos os ambientes, sejam eles públicos, privados, familiares, sociais, enfim é preciso desencadear um desenvolvimento sustentável em todos os setores da sociedade. Para isso é necessário relacionar e descobrir novas formas de lutar pela construção deste pensamento. A participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo é fator fundamental na cobrança dos órgãos controladores do serviço público para que os recursos e as políticas públicas se voltem em benefício dos cidadãos e até possibilitem a ampliação dos seus direitos.

### 2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

De acordo com Dias (2004), no decorrer dos anos o conceito de EA esteve diretamente relacionado com o termo meio ambiente, assim observando as muitas publicações sobre o tema é possível verificar a existência de vários significados para a mesma terminologia.

De acordo com Art. 1º da Lei nº 9.795 de abril de 1999:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Segundo Loureiro (2008, p. 69):

Uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento

da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

Além destes conceitos, existem algumas outras definições para a EA. De acordo com Effting (2007):

A Educação ambiental é a preparação de pessoas para a sua vida enquanto membros da biosfera, é o aprendizado para compreender e apreciar, é saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade, educação ambiental significa aprender a ver o quadro global que cerca um problema específico, sua história, seus valores, percepções, fatores econômicos e tecnológicos, e os processos naturais ou artificiais que o causam e que sugerem ações para saná-lo.

Podemos perceber que as várias definições de EA estão diretamente relacionadas com a forma com que os indivíduos a enxergam. Uns enfatizam os valores sociais, outros a cidadania e a sensibilização dos indivíduos, de forma geral todos ressaltam a relação existente entre a EA e o meio ambiente, demonstrando assim o porquê este é um processo tão singular.

## 2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS

A EA trata-se de um processo muitas vezes demorado, mas de cunho dinâmico e transformador, assim ela deve intervir de forma direta nas atitudes dos cidadãos, abrangendo todas as áreas da sociedade. Todo o processo que a envolve deve ser realizado de forma imutável, estabelecendo uma interação entre os indivíduos que, coletiva ou individualmente deverão agir de forma consciente no que diz respeito aos problemas ambientais.

Através da EA toda a comunidade poderá ter acesso a novos conhecimentos, induzindo assim, mudanças de comportamentos e atitudes. ‘Transformar’ é um dos objetivos deste processo, pois, apenas quando existir novas posturas relacionadas ao meio ambiente é que será possível imaginar uma sociedade concretamente sustentável.

É importante ressaltar que a EA é uma prática educacional que ocorre em reciprocidade com toda a comunidade, indo muito além das atividades escolares. Deve-se pensar em EA, de forma abrangente, ultrapassando o ensino formal, indo à

busca de uma coletividade dentro da sociedade que necessita por sua vez enxergar o ambiente de forma global, em todos os seus aspectos, naturais, sociais, políticos, históricos etc.

É preciso verificar que cada comunidade vive uma realidade, e a EA também atua neste princípio, assim como os currículos nacionais buscam trabalhar de forma diferenciada. No que tange as questões ambientais é preciso que esta interdisciplinaridade também ocorra e que a educação ambiental seja trabalhada como um tema transversal, permeando todas as disciplinas do currículo escolar.

De acordo com a Conferência de Tbilisi, ocorrida em 1977, na ex União Soviética essas podem ser consideradas as principais características da EA, que por sua vez deve ser um processo dinâmico/ interativo, transformador, participativo e abrangente, globalizador e permanente, contextualizador e transversal.

Ainda de acordo com a Conferência de Tbilisi, os princípios que devem orientar os programas e projetos de trabalho em educação ambiental precisam construir-se de forma segura e alicerçada, para que o processo seja permanente e contínuo, o meio ambiente deve ser trabalhado na sua totalidade buscando assim examinar as questões relacionadas a este tema num enfoque global e interdisciplinar, se atentando logicamente a preocupação com as questões regionais e geográficas de cada comunidade.

É imprescindível também analisar as questões ambientais levando em conta o seu desenvolvimento histórico, demonstrar de forma ilustrativa a evolução das tantas degradações existentes no decorrer dos anos pode levar os indivíduos a ver de maneira mais clara a necessidade da prevenção do meio ambiente.

Outro princípio da EA é fazer com que os estudantes e os cidadãos de forma geral, estabeleçam uma relação de mutualismo, buscando a sensibilização e a aquisição de conhecimentos que resolvam mesmo que localmente os problemas enfrentados. A escola é sem dúvida uma formadora de pessoas e de cidadãos conscientes e sustentáveis, demonstrar que os projetos desenvolvidos dentro dos estabelecimentos de ensino, podem gerar resultados fora dele é um papel que pode ser assumido com responsabilidade pelos alunos.

Neste sentido Fonseca (2009), enfatiza que é preciso utilizar diferentes ambientes e métodos educacionais para que esta sensibilização sobre os problemas que são cotidianos ao meio ambiente tenha sucesso, resumidamente podemos concluir, que o despertar desses novos valores na sociedade não é uma prática simples, é preciso

para isso privilegiar não apenas longas teorias que discorrem sobre o assunto, mas valorizar as atividades práticas e as experiências pessoais.

## 2.5 BREVE HISTÓRICO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Podemos destacar a década de 60 como o marco inicial do desenvolvimento da EA no mundo. Apesar dos problemas ambientais já se fazerem presentes anteriormente, foi apenas em 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra que pela primeira vez usou-se o termo “Educação Ambiental” para fazer referência à recomendação de que esta deveria se tornar uma parte integrante e fundamental na educação de toda a sociedade (GONÇALVES, 2010).

A partir de 1970, os debates e eventos que tratavam dessa nova ‘conscientização ecológica’ se fizeram mais presentes, de acordo com Dias (1991), o ano de 1972, foi um ano decisivo para a expansão mundial dos princípios da EA, segundo ele a Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre o Ambiente Humano foi considerada um movimento histórico e nela ficou estabelecido o chamado Plano de ação Mundial, assim a EA passou a ser considerada como um campo de ação pedagógica, adquirindo importância e sendo reconhecida internacionalmente.

Assim como este, vários outros movimentos sociais e ecologistas surgiram mundialmente, expressando a necessidade de se formarem princípios que servissem de inspiração para toda a sociedade, ficava, portanto exposta a necessidade de se lutar por uma melhoria na qualidade de vida de todos os indivíduos, assim como pela preservação do meio ambiente como um todo.

Segundo Dias (1998), no ano de 1975, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), promoveu em Belgrado, o Encontro Internacional sobre a Educação Ambiental unindo 65 países e vários especialistas. Neste encontro foram discutidos e formulados princípios e orientações para um programa internacional de EA, que deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada as diferenças regionais e voltadas para os interesses nacionais.

No ano de 1977, após a realização da Conferência Internacional sobre a EA, ficou determinados os objetivos e as estratégias para o programa Internacional de EA (já mencionado anteriormente). Este encontro contribuiu de forma indispensável e

definiu a natureza da educação ambiental. Para Layrargues (2001), a essas estratégias apresentava uma visão da realidade bastante crítica, segundo ele:

(...) a grande relevância de Tbilisi reside na ruptura das práticas ainda reduzidas ao sistema ecológico, por estarem demasiadamente implicadas com uma educação meramente conservacionista. Então, fortemente atrelado aos aspectos político-econômicos e socioculturais, não mais permanecendo restrito ao aspecto biológico da questão ambiental, o documento de Tbilisi ultrapassa a concepção das práticas educativas que são descontextualizadas, ingênuas e simplistas, por buscarem apenas a incorporação do ensino sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos ameaçados pelo ser humano (LAYRARGUES, 2001, p.132).

Em 1982 realizou-se a Conferência de Nova Iorque, na qual foram enunciados mais princípios ambientais. Apresentado em 1987, o Relatório Brundtland desenvolvido por uma comissão criada em 1983 forneceu o roteiro para o mundo organizar o debate sobre os inúmeros problemas ambientais enfrentados até aquele momento, entre eles podemos destacar o aquecimento global e crescimento do buraco na camada de ozônio (GODOY, 2008).

Realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, a Rio 92 selou os acordos políticos entre os países que teriam como finalidade recheiar o roteiro do Relatório Brundtland e negociar metas e o arcabouço institucional do novo momento. A Rio-92 pautou ainda as negociações sobre Desenvolvimento Sustentável e meio ambiente nas duas décadas seguintes graças à aprovação de um conjunto de tratados e declarações sob a marca da ONU.

Durante esta Conferência aconteceu também o Fórum Global que trazia consigo a Jornada Internacional da Educação Ambiental da qual, se produziu o Tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global, este tratado traz como princípios básicos:

(...) a EA deve basear-se num pensamento crítico e inovador; ter como propósito formar cidadãos com consciência local e planetária; ser um ato político, baseado em valores para a transformação social; envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; e deve estimular a solidariedade, o respeito aos direitos humanos e a equidade." (BRASIL, 2001).

Também na Rio 92, foi assinado o documento chamado Agenda 21, que apresentava as metas, diretrizes e normas que foram sugeridas a fim de resolver alguns dos inúmeros problemas ambientais existentes no planeta. Este documento foi assinado por 179 países e teve como embasamento a ajuda entre as sociedades,

além de propor uma mudança de comportamento no plano social, transformando o modo de produção e os hábitos de consumo de todos os seres humanos.

Alguns anos depois, em 1997, a ONU realizou uma convocação para avaliar se os compromissos assumidos durante a Rio 92, realmente estavam sendo respeitados, foi realizado então, o evento chamado Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas para os cinco anos da Cúpula da Terra (Rio+5), realizada em Nova Iorque em junho de 1997, a Rio+5 foi um evento muito importante pois contribuiu para criar um ambiente político à aprovação do Protocolo de Quioto em dezembro deste mesmo ano que definiu metas obrigatórias de redução nas emissões de gases-estufa para 37 países industrializados e a União Europeia que fazem parte da Convenção (nações desenvolvidas e do Leste Europeu). As emissões deveriam ser diminuídas em 5%, em média, entre 2008 e 2012 em comparação aos níveis de 1990. Ficaram de fora de Quioto os Estados Unidos, que não ratificaram o protocolo, a Rio+5 também serviu para demonstrar que infelizmente muito pouco havia mudado desde 1997 e que os desgastes ambientais do planeta só estavam aumentando.

Cinco anos mais tarde a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+10, promovida no ano de 2002 pela ONU em Johannesburgo, na África do Sul, analisou mais uma vez as propostas reafirmadas em Nova Iorque, no entanto, mais uma vez foi ressaltada a falta de comprometimento de muitos países e com isso muito pouco havia mudado. Na Rio +10 muitos documentos foram assinados, entre eles o Plano de Implementação de Johannesburgo, que foi considerado o principal documento realizado neste evento, através dele existiu o fortalecimento e a reiteração de metas para reduzir a perda de biodiversidade até 2010 e cortar pela metade a população sem acesso à água potável até 2015.

Neste mesmo evento foi assinada a Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que afirma que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental (GODOY, 2008).

Uma década após este acontecimento surge no cenário mundial a Rio+20, como é chamada a Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, realizada no Rio de Janeiro no ano de 2012. Exatamente 20 anos após a Rio 92, esta conferência realizada pela ONU, revisou as principais recomendações e protocolos assinadas e acordadas na Rio 92. Entre os principais documentos

originados na Rio 92 podemos destacar a declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Convenção sobre Diversidade Biológica entre outras.

Dois temas centrais foram selecionados para o debate na conferência de 2012, a transição para uma Economia Verde no contexto da preservação do meio ambiente e da biodiversidade, na perspectiva da erradicação da pobreza e das desigualdades e o quadro institucional para que se implemente o Desenvolvimento Sustentável.

Como é possível perceber, várias discussões no âmbito internacional ocorreram e com elas os programas e as políticas públicas em apoio ao meio ambiente como um todo. De maneira geral, todos esses eventos, formaram os conceitos e as regras sobre a EA, e isso serviu de instrumento para alcançar um tipo de desenvolvimento novo, ou seja, passou-se a buscar um desenvolvimento cada vez mais “sustentável”.

## 2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS ORIENTADAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A trajetória da presença da EA na legislação brasileira apresenta uma tendência em comum, que é a necessidade de universalização dessa prática educativa por toda a sociedade. Já aparecia em 1973, com o Decreto nº 73.030, que criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente explicitando, entre suas atribuições, a promoção do “esclarecimento e educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (AGUIAR, 1994).

A primeira vez que a EA aparece na legislação de modo integrado foi com a Lei 6.938 de 1.981 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (Art. 2o, X). Essa Lei foi posteriormente recepcionada pela Constituição Federal de 1.988 que incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI dedicado ao meio ambiente. De acordo com a Constituição atual:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e á coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição Federal de 1988, Art. 225, *caput*).

A Constituição Federal de 1988 elevou ainda mais o *status* do direito à educação ambiental, ao mencioná-la como um componente essencial para a qualidade de vida ambiental. Atribuiu-se ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, §1º, inciso VI), surgindo, assim, o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros ter acesso à educação ambiental.

Apesar dessa iniciativa, com o passar dos anos muito pouco foi feito e ainda hoje a Lei de Diretrizes e Bases brasileira, instituída pela Lei nº 9394/96, não estabeleceu nenhuma disposição exclusiva sobre a introdução direta da EA nos currículos nacionais de ensino, ou seja, muitas iniciativas ocorreram, no entanto, poucas delas foram aproveitadas e outras foram abortadas antes mesmo de se tornarem lei.

Três anos depois, houve a promulgação da Lei nº 9795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui uma Política Nacional de EA. Esta certamente foi uma conquista muito importante dentro da sociedade brasileira, a partir de então o poder público pode definir políticas públicas que agrupassem as questões ambientais, além de inserir as mesmas nos currículos educacionais em todos os níveis e modalidade de ensino.

No ano de 2001, quando foi aprovado pelo Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, que fixou por 10 anos as diretrizes, objetivos e metas, garantindo as prioridades educacionais neste período, é que foi possível verificar na prática os avanços da questão ambiental e as políticas públicas brasileiras direcionadas a EA. De acordo com suas metas e objetivos para o ensino fundamental e médio *A Educação Ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei n.º 9795/99 (Lei 10.172/2001).*

Desta forma, as instituições escolares passaram a enxergar as questões ambientais de forma interdisciplinar, avançando tanto conceitual, quanto metodologicamente buscando demonstrar que a escola pode contribuir de forma efetiva na formação consciente dos cidadãos e que a preservação e conservação do meio ambiente é necessária para o desenvolvimento de uma sociedade responsável e sustentável.

## 2.7 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Dentro de uma visão geral, as escolas podem ser consideradas como um espaço privilegiado, pois nela encontramos ambiente físico, atividades de campo, mentes em formação e profissionais dispostos a enfrentar os desafios de proporcionar reflexões sobre os problemas enfrentados pelo mundo atual. Assim, considerando a importância de se trabalhar as temáticas relacionadas ao meio ambiente, às escolas destacam-se como aliada na prática de atividades que levam a esse pensamento sustentável.

De acordo com Andrade (2000), as escolas devem contemplar aspectos que possam gerar alternativas para a superação dos problemas ambientais, e intervir de forma a produzir contribuições benéficas, promovendo o respeito mútuo entre todos os cidadãos.

A escola deve ser a reprodutora de uma cultura ecologicamente correta. Dentro dela o aluno precisa encontrar meios para perceber que as ações humanas impensadas podem trazer consequências devastadoras para o meio ambiente. No que diz respeito à EA, esta deve sensibilizar o aluno a buscar valores dentro e fora da escola, valores esses que proporcionarão condições de conviver harmoniosamente com o planeta.

Todo esse processo de sensibilização pode contemplar não apenas a comunidade escolar, mas transcender essas barreiras e contemplar a sociedade como um todo. Essa sensibilização deve buscar mudanças comportamentais, tornando os indivíduos mais atuantes e ecologicamente sensíveis. De acordo com Dias (1998):

Os conteúdos ambientais devem permear todas as disciplinas do currículo e serem contextualizados com a realidade de cada comunidade. A escola por sua vez ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive. Para isso a educação ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares (DIAS, 1998, pág 21).

A escola é um espaço sócio-educacional, e a EA um processo permanente e cíclico, de modo que ambas devem trabalhar juntas em busca de proporcionar condições para que os problemas ambientais sejam resolvidos, necessitando para isso a colaboração de toda a sociedade, tornando o ambiente escolar uma ferramenta importante e realista, estabelecendo uma interdependência entre os sistemas naturais e sociais, com um único objetivo comum, que é tornar a realidade local e o

mundo mais saudáveis, mediando assim, o bem estar entre a humanidade e a natureza.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

### 3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa se caracterizou pela análise bibliográfica, a fim de contribuir para o esclarecimento de alguns dos pontos e estratégias importantes sobre a EA, não apenas enfatizando-a como a solução dos problemas ambientais do planeta, mas também como agente ativo na formação consciente dos indivíduos.

Em relação à finalidade da pesquisa, ela é bibliográfica, pois, busca ampliar o grau de conhecimento deste tema através de teorias já publicadas em livros, e demais publicações do mesmo gênero de estudo.

Assim, como tenta demonstrar seus objetivos através da análise de contribuições teóricas já existentes; é descritiva, pois, segundo Almeida (1996, p. 104) a pesquisa descritiva é como aquela que os dados são registrados e analisados, sem interferência do pesquisador. Procura-se descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas, relações com outros fatos.

Para desenvolver esta pesquisa foi apresentada uma discussão teórica baseada em pesquisas bibliográficas sobre o histórico da EA, a importância de trabalhar a EA nas escolas, assim como as políticas públicas desenvolvidas no Brasil que regulamentam a EA no âmbito escolar.

### 3.2 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de consultas a fontes direta e indiretamente relacionadas ao tema, além de análises de fichamentos de textos e de projetos já desenvolvidos.

Desse modo, acredita-se que os resultados desta pesquisa poderão contribuir para o melhor entendimento de como a EA foi implantada e desenvolvida no âmbito escolar do nosso país, além de demonstrar que a EA pode colaborar na formação sustentável e consciente de toda a sociedade.

## 4 DISCUSSÃO

Durante o decorrer deste trabalho e através da leitura de vários autores que abordam educação ambiental dentro da escola, foi possível observar inúmeros

aspectos positivos e negativos sobre o tema. O estudo de projetos relacionados possibilitou demonstrar, principalmente, as dificuldades enfrentadas pelos estabelecimentos de ensino, assim como os desafios enfrentados pelos professores das escolas fundamentais.

Através dessa pesquisa foi possível analisar que a maioria das escolas, seus gestores e professores estão cientes do importante papel que assumem em relação à formação consciente e sustentável de seus alunos, no entanto, muitas vezes os mesmos esbarram nas convencionais dificuldades enfrentadas pelo sistema de ensino brasileiro. Dentre os problemas mais comuns observados pode ser destacada a falha capacitação das equipes pedagógicas, assim como a dos docentes que com frequência conhecem os temas a serem abordados superficialmente e acabam repassando aos discentes informações errôneas e até mesmo ultrapassadas, além disso, esses profissionais de ensino enfrentam a escassez de apoio político para desenvolver projetos que alcancem efetivamente a comunidade como um todo.

Nesse sentido, Fonseca (2009) aponta que infelizmente ainda existe grande defasagem entre o que os educadores sabem sobre a EA e como ela é praticada em sala de aula, de modo que problemas como salas superlotadas, professores sobrecarregados de aulas, ausência de material didático diversificado, entre muitos outros fatores são para ele os grandes desafios enfrentados pela educação brasileira na atualidade.

Mesmo tendo ciência que os problemas ambientais na atualidade são uma questão ímpar, muitos docentes e estudantes ainda esbarram na falta de material bibliográfico para pesquisas e até mesmo de documentos que comprovem tais dados, inseridos nos livros didáticos. Assim sendo, a educação ambiental assume um papel de coadjuvante e tal posição dificulta sensivelmente o trabalho dos professores que trabalham embasados num plano de aula anual.

Para Dias (1992), outro grande problema enfrentado pela EA é que ainda existe uma distância gigantesca entre o que se encontra nas salas de aula com o que está sendo proposto nos PCNs, uma vez que a maioria dos professores segue sua carreira educacional como “refém” dos livros didáticos.

Não obstante de todas as dificuldades relacionadas, por vezes, a sociedade como um todo sobrecarrega a responsabilidade da escola que involuntariamente tornou-se a chave para a democratização de atitudes ecologicamente corretas. No entanto,

essa mesma sociedade esquece que a escola não pode ser responsável pelo modo como cada pessoa vive e se comporta, ela apenas busca fortalecer a base desses futuros cidadãos que no amanhã poderão modificar a atual situação em que se encontra o planeta.

Já cansados com o peso de tantas responsabilidades, os professores ainda tropeçam na falta de incentivo financeiro e desmotivados podem acabar por não lutar por novas causas, por temas transversais, detendo-se apenas nas disciplinas obrigatórias do plano de aula. É importante ressaltar que a EA não pode e nem deve ser trabalhada como mais uma disciplina, pois não acrescentaria em nada apenas estudar teoricamente as vertentes do meio ambiente, porém é preciso ir além, propor mudanças no pensamento e nos valores da comunidade, lembrando sempre que não é suficiente arrumar “culpados” para os problemas ambientais, mas sim ir a busca contínua de soluções que possam saná-los, especialmente na realidade local, no entorno do ambiente escolar.

Através deste estudo foi possível ainda perceber que a escola atua cada vez mais na simples transmissão de conhecimentos básicos sobre a problemática ambiental, deixando de lado a possibilidade de transformação e de formação de novas atitudes, neste sentido Andrade (2000), afirma que ao implantar a EA em um determinado ambiente, neste caso a escola, devemos levar em consideração vários aspectos para que as alternativas sugeridas possam de alguma maneira modificar a condição atual e conseqüentemente produzir efeitos benéficos e não apenas fazer desse recurso algo que fique descrito nos cadernos.

É de suma importância que cada cidadão independente de ser estudante ou não, assuma a responsabilidade sobre seus atos e comportamentos, que colabore para o desenvolvimento de uma comunidade com valores socioambientais corretos, com a visão de que tal comportamento é um dever e não uma opção. Para Segura (2001), apesar de a escola representar um espaço fundamental para a disseminação da EA, não é possível deixar toda essa responsabilidade apenas com ela, a luta pela qualidade de vida e pela sustentabilidade local e, conseqüentemente do planeta deve abranger a sociedade em todos os níveis, educacional, empresarial, social e governamental.

De acordo com as análises dos projetos já implantados foi possível concluir que é no seio da escola que o aluno deve encontrar meios para compreender o porquê e como os problemas ambientais acontecem, bem como quais as atitudes humanas

que podem trazer consequências positivas e negativas ao meio ambiente e ao próximo. Infelizmente nem sempre isso acontece, pois ainda se observam, com frequência, diversas instituições trabalhando o conceito de escola como depósito de informações, desgastadas e pouco abertas às temáticas transformadoras.

Por fim, de maneira geral, ao analisar os objetivos deste estudo, foi possível concluir que há grande importância em averiguar como a EA é praticada dentro das escolas de nível fundamental. Foi também perceptível a forma como os educadores e suas instituições tratam a temática ambiental, visto que todo esse processo pode contribuir para a construção de uma sociedade sensibilizada e capaz de promover uma transformação positiva de valores na relação existente entre o ser humano e o mundo em que ele vive.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notável que as questões que envolvem toda a problemática ambiental sugerem mudanças comportamentais e de atitudes urgentes, mudanças nos valores, nos pensamentos e também na mentalidade de toda a sociedade, se fazem ainda como um desafio. Garantir um elevado grau de comprometimento e de consciência da comunidade é muito mais que uma questão social, mas de sobrevivência. Desse modo, conservar o meio ambiente e promover atitudes sustentáveis pode ser a chave do equilíbrio entre o homem e o planeta.

Apesar da sensação de que as soluções já estejam prontas, ainda são muitos os desafios necessários a enfrentar para que se conquiste uma sensível melhoria no quadro de degradação já instalado nas miríades de realidades locais existentes no mundo.

Uma das soluções visíveis é a formação de mentes comprometidas e a EA ainda é a principal alternativa, mas infelizmente apesar de inovadora, a EA ainda é muito pouco desenvolvida dentro do contexto escolar e, difundir seus princípios e suas possibilidades é extremamente importante para que as gerações presentes e futuras tenham melhores condições de vida em relação ao que as atuais projeções hoje nos revelam.

É preciso que a EA deixe de ser um tema transversal e passe ser considerada uma disciplina com grande importância e caráter multidisciplinar nos currículos escolares, com tempo amplo para ser plenamente abordada, assim, os professores teriam maiores condições de cogitar a sensibilização e a conscientização ambiental desde a escola fundamental e por toda a sua vida escolar.

Desenvolver projetos, aulas mais dinâmicas, propor aos alunos a passagem de meros ouvintes para personagens principais e atuantes, ou seja, multiplicadores de atitudes ecologicamente corretas são características da EA que tem como função primordial contribuir para que a sociedade e a comunidade adotem novos pensamentos e nossas posturas que vão muito além dos muros da escola, partindo para os lares, para as comunidades e bairros, enfim para todo o mundo.

Apesar da demonstração da tamanha relevância da EA e diante do que foi revelado neste estudo é possível concluir que apesar de importante ela não é efetivada como deveria, assim o que vemos são atividades extracurriculares, normalmente fragmentadas e sem integração com as demais disciplinas. Sem maiores perspectivas, a comunidade escolar permanece trabalhando com as alternativas que estão ao alcance.

Finalmente, deve ser destacado ainda que a situação preocupante se torna mais agravada em instituições fundamentais de ensino público, que além das tantas dificuldades ainda sofrem com a falta de recursos didáticos e humanos.

Acreditamos que o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o planejamento ambiental articulado entre a escola, o governo e a sociedade, mais incentivo financeiro por parte do governo no que tange o material didático disponibilizado para os estudantes e o fortalecimento no sistema de ensino brasileiro que possibilite a interlocução entre as disciplinas que trabalham o meio ambiente seriam algumas alternativas importantes no que tange o desenvolvimento de ações em EA dentro da escola. Nesse mesmo pensamento penso que os docentes, deveriam repensar a forma de trabalhar a EA, desenvolvendo projetos que estimulem a formação consciente de novos cidadãos, tendo ciência que tal ação pode ser trabalhosa, no entanto, recompensadora.

## **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006)

\_\_\_\_\_. **NBR-6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. (Ago/2002).

AGUIAR, R. A. R. DE. **Direito do Meio Ambiente e Participação Popular**. BRASÍLIA: IBAMA, 1994.

ALMEIDA, M. L. P. **Monografia**. In:\_\_\_\_\_. Como elaborar monografia. 4. ed. Revista e atualizada. Belém: Cejup. 1996.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia do formador**. / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC; SEF, 2001. 426p.

BRASIL. Lei Nº 9795, de 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, pg 57. 2004(a).

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, pg. 48. 2004.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, pg. 12 e 43. 1998.

EFFTING, T.R. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007, pg. 12.

GODOY, A. **A MENOR DAS ECOLOGIAS** . São Paulo: EDUSP, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Os Des(caminhos) do meio ambiente**. 14 ed. 2ª reimpressão. São Paulo.

LAYRARGUES, P.P. **A crise ambiental e suas implicações na educação**; In: Quintas, J.S (Org) Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA, pg. 132, 2001.

LOUREIRO, C. F. B (org.). Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4. ed. Pg.69. São Paulo: Cortez, 2008.

MALDANER, A. T. Mais **do mesmo: a Rio+20 entre o crescimento e o sustentável**. **Jus Navigandi**, Teresina, [ano 17](#), [n. 3258](#), [2 jun. 2012](#). Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/21908>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SEGURA, D. S. B. Educação **ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume:FAPESP, 2001.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, pg. 29. 2007.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Curitiba: UTFPR, 2008, 122p.